

## FISCO NÃO APRESENTOU QUALQUER PARECER SOBRE “MAROSCA” FISCAL NA VENDA DAS BARRAGENS



### PARLAMENTO

#### PSD QUER “REPENSAR A GESTÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO”

O grupo parlamentar do PSD pretende ouvir na Comissão de Ambiente e na Comissão de Agricultura do Parlamento, especialistas e responsáveis de entidades nacionais para ajudarem a “repensar a gestão da bacia hidrográfica do rio Tejo”



### LOCAIS

#### PSD PREOCUPADO COM PASSIVO AMBIENTAL DE FÁBRICA DE ÓLEOS EM TORRES NOVAS

Numa pergunta dirigida ao ministro do Ambiente e Ação Climática, os deputados do PSD eleitos por Santarém questionaram o Governo sobre o “histórico de inspeções realizadas” nesta unidade industrial de Torres Novas



### REGIONAIS

#### GOVERNO DOS AÇORES PREVÊ INVESTIR 962,2 MILHÕES DE EUROS EM 2022

Segundo o “Plano Regional Anual 2022 – Anteproposta”, aprovado em Conselho de Governo em 30 de setembro e entregue aos parceiros sociais, prevê-se, em 2022, um aumento de 18 milhões de euros de investimento público em comparação com 2021



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

Rui Rio no Parlamento

# FISCO NÃO APARECER SOB NA VENDA DA

## A MINISTRA VIRTUAL

O SNS volta a viver dias de agonia e a responsabilidade é do Governo socialista. Um grito de revolta ecoa nas unidades de saúde de Norte a Sul, onde todos os profissionais – médicos, enfermeiros, técnicos e administrativos – em desespero de causa, clamam por mudanças urgentes, depois de sucessivos apelos de revolta e greves, em vão.

Em Setúbal, no Hospital de São Bernardo, a falta de médicos e de enfermeiros e a degradação das instalações obrigaram o diretor clínico e mais 86 médicos a apresentar a demissão. Foi a maior renúncia voluntária em bloco de profissionais, desde a fundação do SNS.

Em Penafiel, no Hospital Padre Américo, os doentes desesperam nos corredores à espera de internamento uma das três unidades do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa.

No Porto, oito clínicos responsáveis pela Urgência Metropolitana de Psiquiatria apresentaram demissão conjunta à Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-Norte) perante a "ausência de respostas e resolução dos problemas" reportados há muito tempo.

Em Vila Franca de Xira, os pacientes são observados numa garagem, apesar de as instalações serem recentes. O Governo rasgou a parceria público-privada, mas não resolveu a insuficiência de meios humanos e técnicos.

No Centro Hospitalar de Leiria (CHL), faltam 50 especialistas de Ortopedia, Cirurgia, Medicina Interna e Ginecologia/Obstetrícia e as urgências fecharam e só recebem doentes referenciados.

No IPO de Lisboa, os doentes viram suspensos os tratamentos de quimioterapia, por escassez de enfermeiros.

No Hospital Egas Moniz, a carência de anestesistas levou ao cancelamento de cirurgias, que estão a ser asseguradas por unidades privadas – uma clínica na Reboleira e o Hospital SAMS.

Em Beja, no Hospital José Joaquim Fernandes, o Serviço de Urgência de Obstetrícia e Ginecologia esteve encerrado durante 48 horas, porque não dispunha de clínicos de Obstetrícia para o preenchimento das respetivas escalas.

No Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), só o sacrifício dos médicos permitiu colmatar a "alarmante situação de falência" e as carências nas urgências pediátricas.

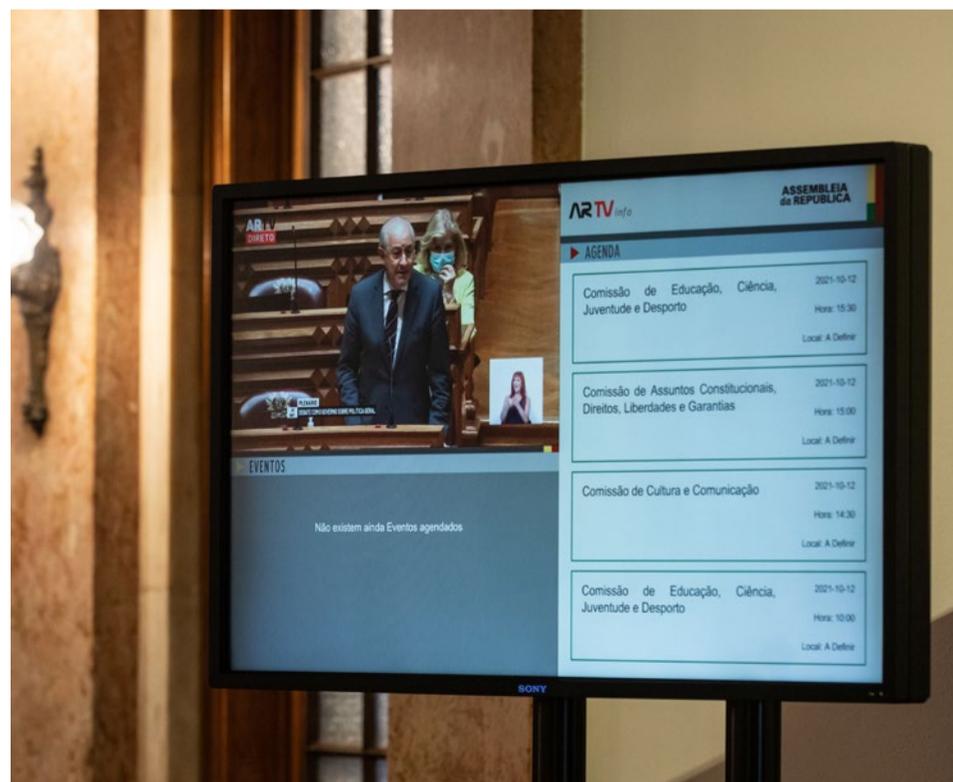
Os problemas são graves e estão por todo o lado. Rutura nas urgências, deficiente funcionamento de escalas das especialidades, da pediatria à ortopedia, da cirurgia à via verde AVC, cuidados primários de saúde em pré-colaço, ausência de condições de atratividade dos médicos para o interior e subfinanciamento crónico dos centros hospitalares. Assina por baixo a ministra Marta Temido.

Apesar do Governo ter inscrito mais 703 milhões de euros na proposta de Orçamento do Estado de 2022 para o Ministério da Saúde, as juras de amor da ministra sobre investimento não estancam a hemorragia do SNS. O diretor do Centro Hospitalar de Setúbal há poucos dias era perentório: o SNS está "capturado por uma estrutura burocrática pesadíssima e crescente, que asfixia e parasita aquilo que melhor foi feito nas últimas quatro décadas".

Não obstante a ministra, em estado de negação, teima em não compreender a realidade. É uma ministra virtual, em modo de Linha Saúde 24, incapaz de tomar decisões e refém de uma esquerda radical e ortodoxa, que vai esgotar tempo e recursos sem encontrar soluções. A crise sanitária expôs uma ministra que, verdadeiramente, nunca se preocupou com o SNS e que esteve sempre mais interessada em afirmar-se como militante do PS do que cumprir cabalmente as funções de ministra.

Um Governo em dissonância e em rota de colisão com a realidade, obcecado com propaganda barata, sem liderança nem estratégia, que tem a melhor definição no que podemos designar *momentum* de vitimização de Armando Vara: "Estive dois anos e 9 meses a cumprir pena por crimes que não cometi", como afirmou o ex-bancário, que também é ex-banqueiro.

Na Saúde, o Governo está há seis anos a fazer de conta que faz e, entretanto, a culpa morre solteira. Portugal ainda corre o risco de ter de pedir perdão a Armando Vara ou os utentes mostrarem arrependimento, se quiserem ser tratados com dignidade no SNS, que o PS despreza e arruína a cada dia que passa.



# RESENTOU QUALQUER RE “MAROSCA” FISCAL AS BARRAGENS



Rui Rio critica ainda o Governo por “não se impor à TAP”, já que a transportadora “se comporta como uma empresa regional”, ao não prestar serviço público nas ligações aéreas. “É receber o dinheiro dos nossos impostos nesta dimensão brutal e ao mesmo tempo abandonar o país”, qualificou.

Rui Rio considera este comportamento “uma dupla falta de respeito pelos impostos dos portugueses”. Nas contas do Presidente do PSD, cada português vai pagar 450 euros. “É só isto ou ainda vamos ter mais? Apesar deste dinheiro todo, o Governo não se vai impor à TAP?”, insistiu.

Outra pergunta, suscitada por Rui Rio, é se “o Governo tem um plano B para a TAP”, caso a Comissão Europeia rejeite o plano de reestruturação ainda em análise. “O Governo tem algum plano B para a TAP, no caso de a Comissão Europeia não permitir esta orgia financeira? O que vai fazer se a Comissão disser não?”, questionou.

## “Vai o Governo penalizar mais a poupança?”

O Presidente do PSD defende que “não há investimento se não houver capital” e, por isso, inquiriu o Primeiro-Ministro sobre a opção do Governo no Orçamento do Estado para 2022: se vai incentivar ou tributar ainda mais a poupança.

“A poupança não é minimamente acarinhada em Portugal. (...) Ou conseguimos aumentar a poupança ou o investimento que vamos ter vai ser, em larga medida, investimento que assenta em endividamento externo. O Governo, na lei do Orçamento, vai penalizar mais a poupança, ou vai entender que a poupança é absolutamente vital?”, interrogou.



Rui Rio questionou, dia 7 de outubro, o Primeiro-Ministro sobre a venda das barragens da EDP e a “marosca, a simulação” fiscal, para evitar o pagamento do imposto de selo no negócio.

No primeiro debate da presente sessão parlamentar, esta quinta-feira, Rui Rio quis saber o que é feito do parecer sobre a alienação das barragens. “Passou quase um ano, isto aconteceu em dezembro e estamos em outubro. A Autoridade Tributária ainda não foi capaz de apresentar um parecer que o Movimento Cultural da Terra de Miranda conseguiu elaborar numa semana. Na AT estão todos doentes? Acabou o toner lá nos serviços? Estão de quarentena desde que começou a pandemia? Não acha esquisito que, volvidos 11 meses, a Autoridade Tributária ainda não conseguiu produzir um parecer, quando até tem lá um técnico que consegue produzir um parecer numa semana?”, perguntou.

## TAP “abandonou o país” e cada português vai pagar 450 euros

Rui Rio lembra que serão injetados entre 4 e 5 mil milhões de euros na companhia aérea. “É só isto ou ainda vamos ter mais?”, interrogou, explicando que o Governo reverteu a privatização de uma empresa que estava falida.

Joaquim Miranda Sarmiento

# “A CLASSE MÉDIA JÁ ESTÁ ASFIXIADA” EM IMPOSTOS



Em entrevista ao “Negócios”, na segunda-feira, 11 de outubro, Joaquim Miranda Sarmiento, Presidente do Conselho Estratégico Nacional do PSD alerta: se o Governo incorporar no Orçamento do Estado para 2022 “um aumento muito significativo da carga fiscal”, indo ao encontro das propostas do BE e do PCP, a classe média sairá penalizada.

Joaquim Miranda Sarmiento sublinha que “a classe média e média-alta já estão asfixiadas” em impostos, conduzindo, com mais este agravamento, a uma situação de extrema dificuldade para as famílias em “pagarem as suas despesas”.

O Presidente do CEN considera que “qualquer formulação que venha” a ser apresentada em sede orçamental contrária à poupança das famílias, “será criticada pelo PSD”. “A

nossa grande bandeira é, por um lado, que o Orçamento não traga um agravamento da carga fiscal e, por outro, dentro daquilo que for possível na margem orçamental, que até a possa desagrar”, destaca.

De resto, o professor auxiliar de Finanças do ISEG-UL antevê um Orçamento que será “uma continuação dos outros seis” anteriores, onde estará expressa “uma política económica que não responde ao problema de falta de competitividade e de produtividade da economia portuguesa”. “Um Orçamento do Estado a navegar à vista, sem as reformas necessárias, estrangulamentos dessa competitividade”, considera.

Joaquim Miranda Sarmiento analisa ainda o panorama das contas públicas, com a pandemia a mostrar que a redução do défice não foi estrutural. “Nós atingimos um

superavit orçamental em 2019 fruto da política monetária do BCE, dos juros e dividendos do Banco de Portugal, da cativação de despesa, do corte do investimento público e do crescimento económico, que permitiu o aumento da receita fiscal e do próprio aumento da carga fiscal. Se somarmos estes elementos, temos 90% da consolidação orçamental feita entre 2016 e 2019. E com a crise mostrou-se que isso era um castelo de cartas, que era absolutamente ilusório. E nós sempre dissemos que era necessária uma consolidação orçamental estrutural para permitir que depois em períodos de crise houvesse margem orçamental para atuar”, afirma.

# MARIA DA GRAÇA CARVALHO NOMEADA RELATORA-SOMBRA DE REGULAMENTO SOBRE PESCA SUSTENTÁVEL NO MEDITERRÂNEO



Maria da Graça Carvalho, eurodeputada do PSD, foi nomeada relatora-sombra, pelo Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu, de uma proposta de regulamento que visa atualizar as regras de aplicação pela União Europeia das medidas de conservação, gestão, exploração, acompanhamento, comercialização e execução relativas aos produtos da pesca e da aquicultura previstas pela Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (CGPM).

Membro-efetivo da Comissão das Pescas (PECH), Maria da Graça Carvalho já tinha este ano sido nomeada relatora-sombra do relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas de conservação e de gestão aplicáveis na zona da Convenção das Pescas do Pacífico Ocidental e Central.

Esta Comissão, alvo deste novo relatório, abrange 19 países do Mediterrâneo, três do Mar Negro e a União Europeia no seu conjunto. "Portugal não participa, a título individual nesta comissão, porque geograficamente está localizado para lá dos limites do Mar Mediterrânico. No entanto, é claramente parte interessada neste regulamento, não apenas na qualidade de Estado-membro da UE, mas porque

a diversidade e sustentabilidade das espécies existentes naquelas águas tem reflexos no nosso país, em especial no Algarve", refere Maria da Graça Carvalho.

A União Europeia tem vindo a aprovar sucessivas reduções de capturas na região do Mediterrâneo Ocidental, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade de diferentes unidades populacionais até 2026. No entanto, as avaliações científicas demonstram que a maioria dos stocks com interesse comercial continua a ser capturada em níveis considerados insustentáveis. Isto apesar de, devido à escassez já sentida, ser cada vez mais acentuado o recurso à importação de peixe capturado noutras paragens para abastecer o mercado europeu, países mediterrâneos incluídos.

É neste contexto que surge esta "Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre determinadas disposições aplicáveis à pesca na zona do acordo da CGPM". Entre estas, incluem-se questões relativas a avaliações de impacto, monitorização de atividades, incluindo da pesca ilegal e não declarada, e ainda medidas específicas relativas a espécies como o coral-vermelho, o pregado, o goraz e diferentes mariscos e bivalves.

# PSD MANTÉM “PREOCUPAÇÃO” COM UM **ORÇAMENTO QUE DEVIA** **“OLHAR PARA O FUTURO DO PAÍS”**



Afonso Oliveira afirmou que o PSD mantém a “preocupação” após uma primeira análise ao Orçamento do Estado para 2022. “Há uma semana, depois da reunião com o Governo sobre as linhas gerais do Orçamento, disse que estava preocupado e hoje a preocupação mantém-se”, declarou.

Em declarações aos jornalistas, o vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD garantiu que os sociais-democratas estão a analisar o documento com responsabilidade e que “oportunamente” o PSD dará a conhecer o seu sentido de voto.

Para Afonso Oliveira, no momento em que vivemos, o documento devia “olhar para o futuro do país” e “garan-

tir o apoio às empresas, à economia, à recuperação e o apoio às pessoas”. Em simultâneo, acrescenta o deputado, devia haver um alívio da carga fiscal para os portugueses.

Com o Governo a anunciar um aumento do investimento, o deputado recordou que, ao longo dos últimos anos, apesar das promessas, o executivo foi incapaz de fazer o investimento que era necessário para o país. “O Governo demonstrou sempre a sua incapacidade de realizar, de fazer e de concretizar e, por isso, não há razão para ficarmos satisfeito com o anúncio de um aumento do investimento”, frisou.

# PSD QUER “REPENSAR A GESTÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO”



O grupo parlamentar do PSD pretende ouvir na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e na Comissão de Agricultura e Mar do Parlamento, especialistas e responsáveis de entidades nacionais para ajudarem a “repensar a gestão da bacia hidrográfica do rio Tejo”.

Através de requerimento, o PSD solicitou a audição de Nuno Lacasta (presidente da Agência Portuguesa do Ambiente), Carlos Mineiro Aires (bastonário da Ordem dos Engenheiros), Pedro Serra (especialista em recursos hídricos), o Movimento proTEJO, Nuria Hernández-Mora (especialista em políticas da água, da Fundação para uma Nova Cultura da Água), Luís Seabra (presidente da Associação de Agricultores do Ribatejo) e ainda o ministro do Ambiente e Ação Climática Matos Fernandes.

“É fundamental repensar a gestão da bacia hidrográfica do rio Tejo e adotar novas soluções que permitam lidar com a tendência de redução dos caudais provenientes de Espanha, num contexto de agravamento associado às alterações climáticas e ao crescimento das pressões antropogénicas de ambos os lados da fronteira”, justifica o PSD.

Os deputados consideram fundamental “assegurar o cumprimento da Convenção de Albufeira” pela via diplomática e, por outro, “reduzir a vulnerabilidade e a de-

pendência associada à posição geográfica a jusante de Espanha, atuando proactivamente em vários domínios”.

Neste quadro, o PSD entende que há duas dimensões estratégicas que merecem especial reflexão: a infraestrutural, que se prende com “o equacionar de novas soluções hidráulicas para a gestão da bacia do Tejo, como seja a possibilidade reforço dos caudais a partir do rio Zêzere e da barragem do Cabril, ou ainda a construção de uma nova barragem no rio Ocreza”; e a organizacional, referente à “necessidade de reforçar a gestão dos recursos hídricos da bacia do Tejo, numa lógica de fins múltiplos, potenciando atividades como a agricultura, o turismo ou a produção de energia renovável”.

“Se continuarmos com uma gestão meramente burocrática e administrativa dificilmente conseguiremos encontrar novas oportunidades para criar mais riqueza e emprego associado à valorização dos recursos naturais. Importa refletir sobre aspetos de governança, complementares ao funcionamento da ARH Tejo, que envolvam também agentes nacionais, regionais e locais, de natureza pública e privada, permitindo aumentar o investimento nos territórios abrangidos”, sublinha o PSD.

# RECONVERSÃO AMBIENTAL DA REFINARIA DE MATOSINHOS, PSD APRESENTA PROJETO DE RESOLUÇÃO

O Partido Social Democrata pretende o “envolvimento ativo” da população local no processo de reconversão ambiental da refinaria de Matosinhos.

Através de um projeto de resolução que deu entrada na Assembleia da República, os deputados do PSD sustentam que “o encerramento da refinaria de Matosinhos tem sido caracterizado por ausência de planeamento e por descoordenação entre entidades, ignorando as perspetivas e interesses da população local”.

“Todo este processo tem sido profundamente errático, especulativo e prejudicial para o desenvolvimento sustentável de Matosinhos. É mais do que evidente a ausência de planeamento, de liderança e de envolvimento das populações locais, meros espetadores neste processo”, caracterizam os deputados.

Recorde-se que, no final de dezembro de 2020, a GALP comunicava o encerramento da refinaria de Matosinhos. Por sua vez, o ministro do Ambiente e Ação Climática informava em sede de audição parlamentar ter sido apenas informado da decisão na véspera, sem papel ativo na decisão estratégica. Ora, a posição do Estado português, apesar da sua participação de 7% no capital da GALP, não foi tida na devida consideração.

Nos meses seguintes, o Governo foi assumindo perspetivas contraditórias sobre este caso, numas ocasiões louvando a relevância ambiental do encerramento numa lógica de descarbonização, para noutras se referir às preocupações sociais com os trabalhadores ou até para prometer financiamentos ao abrigo dos fundos europeus.

O PSD salienta ainda que “os conflitos institucionais foram ficando visíveis e, em 20 de setembro de 2021, o Primeiro-Ministro prometia uma ‘lição exemplar’ à GALP face à ausência de responsabilidade social e ambiental, inclusivamente ao nível dos solos contaminados, legado de décadas de atividades industriais”. Além disso, o “Governo manteve sem publicar, durante mais de seis anos, o diploma PROSOLOS que devia definir o regime jurídico para Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos”.

Em 1 de outubro de 2021, o Expresso divulgava que “a GALP terá iniciado uma nova etapa do processo de descomissionamento, desmantelamento e descontaminação dos terrenos da refinaria, incluindo colocação de pontos de amostragem para recolha de informação. Foi referido o prazo de 4 meses para que esta avaliação seja conduzida, possibilitando posteriormente a decisão sobre as utilizações a dar ao território. Contudo, a própria empresa alertou que os trabalhos de descontaminação demorarão anos”.

O PSD sublinha ainda que “foram extintos postos de trabalho e que a prometida reconversão profissional estará também desalinhada face ao restante processo de transformação do território e de criação de novas atividades locais”. Mais, o “Governo prometeu a aplicação de verbas provenientes do Fundo para uma Transição Justa, mas, na realidade, pouco se conhece sobre as prioridades de intervenção a financiar”.

A determinado momento foi equacionado o cenário de construção de uma refinaria de lítio, o que acabou por gerar polémica e até oposição à ideia. Por sua vez, a Câmara Municipal de Matosinhos veio propor a criação de um Centro Tecnológico da Energia e do Mar numa parcela do terreno. Têm também surgindo interesses imobiliários e turísticos face ao contexto geográfico, apesar das condicionantes existentes no PDM.

Neste quadro, o PSD defende uma “articulação a um nível supramunicipal”, bem como “um maior esforço de planeamento e coordenação regional dada a relevância económica, o número de trabalhadores afetados, a área das instalações, bem como a sua importância para a região Norte do país”. Para o PSD, “deixar este dossier ‘ao acaso’, permitir que as ‘irresponsabilidades’ e os conflitos institucionais se acentuem, é um erro estratégico que deve ser corrigido”.

## O PSD recomenda ao Governo que:

1. Incumba a CCDR-Norte de criar um grupo de trabalho sobre a reconversão da refinaria de Matosinhos, assegurando a articulação de aspetos municipais e regionais, fomentando o diálogo entre agentes públicos e privados, identificando possibilidades de financiamento para intervenções conexas.
2. Prepare o Plano Territorial para uma Transição Justa em Matosinhos que está previsto ao abrigo do respetivo Fundo, assegurando a participação da população na definição de estratégias e ações a serem financiadas.
3. Exija à GALP transparência no diagnóstico da situação de referência em matéria de solos contaminados nos terrenos da antiga refinaria, solicitando a divulgação pública dos relatórios, dos cronogramas e de outras informações relevantes para que a população e os agentes regionais conheçam o processo e a sua evolução.
4. Assegure que o processo de reconversão profissional dos trabalhadores da antiga refinaria está alinhado com os projetos de reabilitação do território e futuras atividades a instalar.

# ISAURA MORAIS ASSUME A PRESIDÊNCIA DA 13ª COMISSÃO



A deputada Isaura Moraes vai assumir a presidência da Comissão Parlamentar de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local.

A deputada social-democrata, até aqui coordenadora do PSD na Comissão, vai agora assumir a presidência que ficou vaga com a eleição de Fernando Ruas para a presidência da Câmara Municipal de Viseu.

Isaura Moraes, antiga Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, é atualmente deputada eleita pelo distrito de Santarém, vice-Presidente do PSD e vice-Coordenadora Nacional do CEN para a Reforma do Estado.

## Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**

# PSD PREOCUPADO COM PASSIVO AMBIENTAL DE FÁBRICA DE ÓLEOS EM TORRES NOVAS



Os deputados do PSD eleitos por Santarém questionaram o Governo sobre o “histórico de inspeções realizadas” numa unidade industrial de Torres Novas e quais as diligências efetuadas para “garantir a recuperação efetiva do passivo ambiental” da empresa.

Numa pergunta dirigida ao ministro do Ambiente e Ação Climática, dia 8 de outubro, os parlamentares pretendem ainda saber “quais os resultados” das referidas inspeções e se foi dado cumprimento às sanções aplicadas por parte das autoridades nacionais aos responsáveis da Fabrióleo - Fábrica de Óleos Vegetais, unidade localizada no concelho de Torres Novas, no distrito de Santarém.

“Que diligências serão efetuadas pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática para garantir a recuperação efetiva do passivo ambiental existente nas instalações da Fabrióleo”, perguntam os deputados do PSD, tendo feito notar que, “apesar das sanções, no terreno persiste um legado industrial tóxico, incluindo estruturas corroídas, produtos químicos dispostos inadequadamente a céu aberto, instalações que configuram uma ameaça para os próprios cidadãos e vizinhos, para além dos riscos para o ambiente e para a saúde pública”.

Na nota informativa, os deputados do PSD afirmam que “constataram no terreno que, associados aos testemunhos locais e ao histórico de comportamento por parte do proprietário, persiste a clara dúvida sobre o cumprimento das medidas impostas relativamente à remoção do passivo e à reparação ambiental”.

Nesse sentido, pode ler-se, “as populações locais têm exigido garantias e respostas eficazes para este problema estando preocupadas com os impactos da situação” e que “importa esclarecer quais as próximas diligências para garantir a execução das medidas estipuladas, incluindo a remoção do passivo ambiental e a salvaguarda do interesse público”.

Os deputados do PSD que assinam o documento, entre eles Isaura Morais, João Moura e Duarte Marques,

todos eleitos por Santarém, lembram que “a Fabrióleo - Fábrica de Óleos Vegetais tem sido alvo de vários processos de contraordenação por sucessivas infrações ambientais” e que “a primeira ordem de encerramento das instalações data de 2015, quando já eram evidentes as ameaças ao ambiente e à saúde pública, bem como o constante desrespeito pelas normas em vigor”.

Os deputados sublinham ainda que “nos anos seguintes a situação agravou-se, até que, em 2021, a empresa foi severamente condenada pela Agência Portuguesa do Ambiente ao pagamento de coimas e à aplicação de medidas de reparação ambiental, entre as quais a demolição de construções efetuadas ilegalmente na margem da ribeira do Pinhal”.

O PSD conclui, questionando a tutela sobre “qual o histórico/cronologia de inspeções realizadas a estas instalações, incluindo os seus resultados e o cumprimento das sanções aplicadas”, e “que diligências serão efetuadas pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática para garantir a recuperação efetiva do passivo ambiental existente nas instalações da Fabrióleo”.

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) condenou a Fabrióleo - Fábrica de Óleos Vegetais, em Torres Novas (Santarém), ao pagamento de uma coima de 400.000 euros pela prática de quatro contraordenações ambientais muito graves, divulgou em abril aquele organismo. A decisão administrativa condenou a empresa pela prática de duas infrações cometidas em 2015, detetadas em fiscalizações do Núcleo de Proteção Ambiental da GNR, e outras duas de 2017, resultantes de ações inspetivas da APA/ARH (Administração da Região Hidrográfica) do Tejo e Oeste. Na decisão divulgada em abril deste ano, a APA condenou a Fabrióleo ao pagamento de uma coima de 350.000 euros por uma contraordenação ambiental muito grave e de três pela prática, negligente, de contraordenação ambiental muito grave, uma no valor de 50.000 euros, outra de 25.000 euros e outra de 35.000 euros. Em cúmulo jurídico, foi determinado o pagamento de uma coima única no valor de 400.000 euros.



## O PSD pergunta:

- 1. Qual o histórico/cronologia de inspeções realizadas a estas instalações, incluindo os seus resultados e o cumprimento das sanções aplicadas?**
- 2. Que diligências serão efetuadas pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática para garantir a recuperação efetiva do passivo ambiental existente nas instalações da Fabrióleo?**

# GOVERNO DOS AÇORES PREVÊ INVESTIR 962,2 MILHÕES DE EUROS EM 2022

O Governo dos Açores prevê investir na região, em 2022, cerca de 962,2 milhões de euros, o maior valor de sempre no arquipélago, de acordo com a anteproposta de plano de investimentos.

Segundo o “Plano Regional Anual 2022 – Anteproposta”, aprovado em Conselho de Governo em 30 de setembro e entregue aos parceiros sociais, prevê-se, em 2022, um aumento de 18 milhões de euros de investimento público, em comparação com 2021.

O executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM, liderado pelo social-democrata José Manuel Bolieiro, prepara-se agora para discutir o documento com o Conselho Económico e Social dos Açores.

Um comunicado do Governo divulgado na quinta-feira refere que o executivo aprovou “a anteproposta do Plano Regional Anual para 2022 e do Orçamento Regional Anual para 2022”, sem acrescentar detalhes.

No documento, na divisão de valores por ilhas, não há registo de grandes diferenças na comparação dos números inscritos no Plano de 2021 e na anteproposta de Plano para 2022.

Na desagregação de verbas por departamentos do Governo, notam-se oscilações de um ano para o outro.

Na anteproposta de Plano há dois departamentos do Governo com verbas reforçadas no próximo ano. É o caso da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, reforçada com 26 milhões de euros (passa de 93,8 milhões de euros para 119,9 milhões). Também a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública cresce mais de 42 milhões de euros (passa de 68,4 milhões de euros para 110,8 milhões), segundo o documento.

Os parceiros sociais e os conselhos de ilha vão ser chamados, entretanto, a emitir parecer sobre a anteproposta de Plano de investimentos do Governo para 2022, antes de o Parlamento regional discutir e votar a versão final dos documentos, no plenário marcado para o final de novembro.



# “MOBILIDADE” NOS AÇORES CONDICIONOU VACINAÇÃO



O presidente do Governo dos Açores afirmou que, apesar de 81% da população estar vacinada com as duas doses contra a covid-19, este valor não é mais alto devido à “mobilidade significativa” existente na região.

“A mobilidade dos Açores, que aliás foi referenciada pelo vice-almirante Gouveia e Melo [coordenador da ‘task force’ nacional para a vacinação contra a covid-19, que já cessou funções], a par da Madeira e Algarve, é muito significativa, sendo possível perceber que muitas primeiras inoculações depois não tiveram tradução na segunda. Houve muita gente que esteve presente nos Açores e, devido à mobilidade para o continente, teve aí sua segunda inoculação no quadro do Serviço Nacional de Saúde”, declarou José Manuel Bolieiro.

O chefe de governo falava, dia 8, na sessão de cumprimentos de despedida ao coordenador regional do processo de vacinação, Pedro Monjardino, que revelou que 81% da população açoriana está com a vacinação completa.

José Manuel Bolieiro, nas declarações após o encontro com Pedro Monjardino, considerou que apesar da condicionante da mobilidade, o “índice de vacinação dos Açores é muito significativo”, sendo o objetivo do executivo açoriano “atingir toda a população disponível para inocular”.

Bolieiro frisou que este processo “não termina com o fim de missão de Pedro Monjardino e da comissão regional de coordenação da vacinação”.

“A capacidade instalada, a experiência adquirida e o saber adquirido pelo Serviço Regional de Saúde potencia um contínuo neste processo”, disse.

O governante destacou que foi adquirida, “na sociedade em geral e no Serviço Regional de Saúde uma nova cultura para a importância estratégica da saúde pública”, notando que a população dos Açores se “comportou de forma assinalável e positiva” face à pandemia.

# RESULTADO DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS REFORÇA RESPONSABILIDADE DO PSD/MADEIRA



A comissão política do PSD/Madeira considerou que os resultados das eleições autárquicas de 26 de setembro “reforçam a responsabilidade, a exigência e o trabalho” do partido, para garantir o “cumprimento integral” dos programas.

“O PSD/Madeira conseguiu vencer a maioria das câmaras municipais da região e, também, recuperar juntas de freguesia, reforçando, conforme era seu propósito, a liderança no poder local”, afirmou o secretário-geral da estrutura partidária e porta-voz da comissão política, José Prada.

José Prada sublinhou que estes “resultados reforçam a responsabilidade, a exigência e o trabalho a desenvolver nos próximos quatro anos, de modo a garantir o cumprimento integral de todos os programas que o PSD apresentou e com os quais se comprometeu junto da população”.

José Prada indicou que a comissão política “destaca e enaltece” a “vitória expressiva” no Funchal, com maioria

absoluta no executivo e na Assembleia Municipal, derrotando a coligação “Confiança” (PS/BE/MPT/PDR e Nós, Cidadãos!).

O PSD/Madeira considera, por outro lado, que os resultados eleitorais provaram a “força, a organização e a união” do partido, bem como a “mobilização dos militantes”.

Dos 11 concelhos da Madeira, o PSD venceu nos dois que já governava (Câmara de Lobos e Calheta) e, coligado com o CDS-PP, assegurou os do Funchal, São Vicente e Porto Santo.

Nesta reunião da comissão política, ficou ainda decidido arrancar com uma nova ronda de contactos com as concelhias do PSD/Madeira e anunciada a realização do Conselho Regional, no próximo dia 20 de novembro de 2021, no concelho do Porto Moniz, estando o Congresso Regional previsto para o próximo ano.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD****RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**DISTRITAIS****FARO**

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes, dotados de capacidade eleitoral ativa, para a eleição dos Órgãos Distritais de Faro, para conforme a respetiva Secção de inscrição em que militem, reunirem em Assembleia, no dia 12 de Novembro (sexta-feira) de 2021, entre as 18H00 e as 22H00, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais do PSD do Distrito de Faro:

1. Mesa da Assembleia Distrital;
2. Comissão Política Distrital;
3. Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
5. Delegados de Secção à Assembleia Distrital;

**NOTAS:** A eleição decorrerá em todas as Secções do PSD do Distrito de Faro, entre as 18:00 e as 22:00 horas;

As listas de candidatos para os órgãos distritais, Mesa da Assembleia Distrital, Comissão Política Distrital, Conselho de Jurisdição Distrital e Comissão Distrital de Auditoria Financeira deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital do PSD de Faro, sita no Beco Frei André Alvares nº56, em Faro;

As listas de candidatos a Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**Locais de votação:**

ALBUFEIRA – Sede do PSD – Est. Vale da Pedra, Ed. Palmeira, 1º, loja J, Albufeira;

ALCOUTIM – Edifício Jaime Cardeira, sito na Rua S. Sebastião, Martinlongo.

ALJEZUR – Rua dos Bombeiros nº8, Aljezur.

CASTRO MARIM – Edifício da Casa do Povo, Rua de Sta. Barbara nº34, Azinhal;

FARO – Sede Distrital – Beco Frei André Alvares nº56, Faro;

LAGOA – Sede do PSD – R. Joaquim Eugénio Júdice, nº 3 -1º Esq, Lagoa;

LAGOS – Sede do PSD – R. do Soeiro da Costa, nº48 – 50, Lagos;

LOULÉ – Sede do PSD – R. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1, Loulé;

MONCHIQUE – Sede do PSD – R. Dr. Francisco Gomes de Avelar, nº 7 – 1º, Monchique;

OLHÃO – Sede do PSD – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 23 r/c Dtº, Olhão;

PORTIMÃO – Sede do PSD – Rua Direita, LT5, 1º andar, Portimão;

SÃO BRÁS DE ALPORTEL – Rua Poeta Bernardo Passos, nº 29/31, São Brás de Alportel;

SILVES – Sede do PSD – R. Cândido dos Reis, Lt C, Loja B, Silves;

TAVIRA – Sede do PSD – R. Dr. Silvestre Falcão, Lt 4, Loja J, Tavira;

VILA DO BISPO – Bombeiros de Vila do Bispo - Rua 1º de Maio;

VILA REAL DE STº. ANTÓNIO – R. Cândido dos Reis, nº 98, VRSA;

**SETÚBAL**

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 28 de Outubro (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Cine Teatro Joaquim d'Almeida, sita na Rua Joaquim d'Almeida, no Montijo, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Eleições Autárquicas 2021

**SECÇÕES****ALCOCHETE**

Nos termos dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Alcochete, para reunir no próximo dia 22 de Outubro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Salão da Junta de Freguesia de Alcochete, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise dos resultados eleitorais do Concelho de Alcochete;
2. Assuntos diversos.

**BARREIRO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD do Barreiro, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 21 de Outubro (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00 na Sede Concelhia, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº4 B, Santo António da Charneca, Barreiro, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise da Eleições Autárquicas;
3. Análise Da situação política/partidária.

**ELVAS**

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção de Elvas do PSD para uma Assembleia da Secção a realizar no próximo dia 25 de Outubro (segunda-feira) de 2021, pelas 21H00 na Sede Concelhia do PSD sita na Rua da Feira, 30 A em Elvas com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política nacional,
2. Análise da situação política local-Eleições Autárquicas de 2021;
3. Outros assuntos.

**FELGUEIRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Assembleia da Secção de Felgueiras para Plenário, no próximo dia 23 Outubro (sábado) de 2021, às 15H00, no Auditório da Escola Secundária de Felgueiras, sita na Av. Dr. Manuel de Faria e Sousa, Felgueiras, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise das Eleições Autárquicas 2021;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

**LOURINHÃ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Lourinhã, para uma reunião no dia 29 de Outubro, (sexta-feira) de 2021, na Sede concelhia sita na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, nº 4 – Cave A-Lourinhã, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política;
2. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas 2021;
3. Outros assuntos.

**Nota:** Se à hora marcada não estiverem presentes o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum, a reunião terá início trinta minutos mais tarde, com qualquer número de participantes.

**MACEDO DE CAVALEIROS**

Ao Abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade Eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 20 de Novembro (sábado) de 2021, às 14H00, na Sede do PSD/Macedo de Cavaleiros, sita na Rua Clarinha Vaz, 2 Macedo de Cavaleiros, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção.
2. Comissão Política de Secção.

**Notas:** A eleição decorrerá entre as 14H00 e as 20H00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Macedo de Cavaleiros, sita na Rua Clarinha Vaz, 2 –Macedo de Cavaleiros.

**MARCO DE CANAVESES**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes para participar na Assembleia de Secção do Marco de Canaveses, a reunir no dia 22 de Outubro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, na Sede da Associação Cultural e Recreativa de Tabuado, no Concelho de Marco de Canaveses, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas 2021;
3. Análise da situação política

**Nota:** A reunião será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara e respeitado o distanciamento social.

**ODIVELAS**

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Odivelas para reunir no próximo dia 25 de Outubro (segunda-feira) de 2021 pelas 21H00, no Pavilhão Polivalente de Odivelas, sita na Rua Aquilino Ribeiro, Odivelas, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da Situação Política Atual

**POMBAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal para uma sessão ordinária a realizar no próximo dia 13 de Novembro de (sábado) de 2021, pelas 15H00, na Sede do PSD de Pombal, sita na Rua Luís Torres, nº 5, em Pombal, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia anterior;
  2. Informações da Comissão Política de Secção;
  3. Análise dos resultados das autárquicas 2021;
  4. Outros assuntos.
- A reunião será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS

**PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 21 de outubro (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Auditório da Freguesia de Paranhos (Auditório Horácio Marçal), sita na Rua Álvaro Castelões, nº 811, Porto, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

**Nota:** Nos termos do disposto pelo art.º 69º dos Estatutos, se à hora marcada para o início da reunião da Assembleia não se verificar de mais de metade dos militantes da Secção, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião terá início trinta minutos depois, com o número de militantes presentes

**PÓVOA DO LANHOSO**

Nos termos dos Estatutos do PSD-Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção da Póvoa de Lanhoso para se reunirem em Assembleia de Secção, no dia 28 de Outubro (quinta-feira) de 2021, pelas 20H30, a Sede Concelhia, sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva, nº 1 – 4º Esq, na Póvoa de Lanhoso, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas de 26 de Setembro de 2021;
2. Outros assuntos de interesse geral.

**Nota:** Se à hora marcada não estiver presente a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia começará meia hora mais tarde com os militantes presentes.

**RIO MAIOR**

Ao abrigo dos Estatutos nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Rio Maior, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 5 de Novembro (sexta-feira) de 2021, pelas 20H30, no Auditório do CNIRM (Pavilhão Multiusos), sita na Av. Dr. Mário Soares em Rio Maior, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição do Tesoureiro da Comissão Política, sob proposta da Comissão Política, devido ao falecimento do Tesoureiro eleito, de acordo com a alínea e) do nº 2 do art. 53 dos Estatutos Nacionais.
2. Análise da situação Política;
3. Outros assuntos.

**TORRES VEDRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras para reunir no próximo dia 24 de Outubro (domingo) de 2021, às 21H00, na Sede, sita na Rua 9 de Abril, 1-3.º, em Torres Vedras, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise das Autárquicas 2021;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

**VALE DE CAMBRA**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vale de Cambra, para reunir no próximo dia 29 de Outubro (sexta-feira) de 2021 às 21H00 na Sede do PSD, sita na Avenida Camilo Tavares de Matos 352 1º Dto, Vale de Cambra, com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas;
2. Outros assuntos de interesse.

**VILA DO CONDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Assembleia de Secção de Vila do Conde, para o dia 29 de Outubro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política local;
2. Apreciação do relatório de contas;
3. Agendamento da assembleia eleitoral para a concelhia do PSD de Vila do Conde;
4. Outros assuntos.

**VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoca-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção de Vila Nova de Famalicão para reunirem em Plenário no próximo dia 23 de Outubro (sábado) de 2021, pelas 16H00, na Fundação Cupertino de Miranda, em Vila Nova de Famalicão, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política.

**VILA REAL**

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 23 de Outubro (sábado) de 2021, pelas 20H30 na Sede do PSD, sito na Rua da Boavista, no. 11, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas;
2. Análise da situação política;
3. Outros Assuntos.

**NÚCLEOS****CAMARATE, UNHOS, APELAÇÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes para uma Assembleia de Núcleo de Camarate, Unhos e Apelação, a realizar no próximo dia 19 de Novembro (sexta-feira) de 2021, às 21H00, sita na Rua do Olival, Lote S.T., Loja, Bairro da Boavista, Camarate, Loures, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Balanço do primeiro ano de mandato;
3. Análise da situação política local e nacional.

**QUARTEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do Núcleo de Quarteira, para reunir no próximo dia 25 de Outubro (segunda-feira) de 2021, pelas 21H00 na Sala de Reuniões do Hotel D. José, sita na Av. Infante de Sagres 143, Quarteira, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas 2021;
2. Outros assuntos.

**VALONGO**

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia no dia 20 de Novembro (sábado) pelas 15H00, na Sede Concelhia do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas 880 – Ermesinde, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Valongo.

**Notas:** A Eleição decorrerá entre as 15H00 e as 19H00. As listas devem ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política do Núcleo ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas 880 – Ermesinde.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: [jstdnacional@gmail.com](mailto:jstdnacional@gmail.com)

**IV CONSELHO DISTRITAL JSD GUARDA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o IV Conselho Distrital do mandato 2020/2022 para reunir no próximo dia 23 de outubro de 2021, pelas 17h00m, na sede do PSD Concelhio de Trancoso, sita na Rua da Corredoura, N.º 5 – A em Trancoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise dos resultados das eleições autárquicas;
- 2 – Outros assuntos.

**GONDOMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Gondomar para o Plenário Concelhio da JSD Gondomar, a realizar-se no dia 25 de outubro de 2021 (Segunda-Feira), pelas 21h30, na sede do PSD de Gondomar, Rampa dos

Combatentes da Grande Guerra no31, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional e local;
- 2 – Outros assuntos.

**LOURES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário de militantes da JSD de Loures para reunir no dia 25 de outubro de 2021 (Quinta), pelas 21h00m, na sede do PSD Loures, sita Rua Diogo Cão 7, 2660-443 Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros Assuntos.

**LOURES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de JSD Loures para reunir no dia 15 de novembro de 2021 (segunda), pelas 20 horas, na sede do PSD Loures, sita na sita Rua Diogo Cão 7, 2660-443 Santo António dos Cavaleiros com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da JSD Concelhia de Loures.

**Notas:** As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD Loures, sita na sita Rua Diogo Cão 7, 2660-443 Santo António dos Cavaleiros, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD. O ato eleitoral decorrerá entre as 20h00m e as 22 horas.

**LOUSADA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio de Lousada, para o dia 21 de outubro de 2021, pelas 21:30 horas, na Sede do PSD Lousada, sita na Rua do Tojeiro, n.º 121, em Lousada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise e balanço do primeiro ano de mandato;
- 3 – Análise das Eleições Autárquicas 2021;
- 4 – Outros assuntos.

**MOIMENTA DA BEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Moimenta da Beira para o Plenário a realizar no próximo dia 13 de novembro de 2021 (sábado), pelas 17:00 horas, na sede do PSD de Moimenta da Beira, sita na Avenida dos Bombeiros Voluntários, n.º 36, 3620-370 Moimenta da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleições da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Moimenta da Beira.

**Nota:** As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Nacional da JSD ou a quem legalmente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre no mesmo local onde ocorrerá o ato eleitoral. As urnas estarão abertas das 17h00m às 19 horas.

**PÓVOA DE LANHOSO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia da Concelhia da Póvoa de Lanhoso da JSD para reunir, no próximo dia 6 de novembro de 2021, pelas 17h00, na Sede do PSD da Póvoa de Lanhoso, sita Rua Comandante Luís Pinto da Silva, nº1 – 4º Esq., 4830-535 Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise dos resultados das eleições autárquicas do nosso concelho;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos;